



Tarso Genro nega que a Operação Castelo de Areia teve viés político

O ministro da Justiça, Tarso Genro, e o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, foram ao Senado nesta terça-feira (28/4) para dar explicações sobre a Operação Castelo de Areia. Tarso negou que a operação teve viés político. “Não foram investigados partidos ou políticos. Foram investigados fatos sobre lavagem de dinheiro”, afirmou.

A Operação Castelo de Areia, deflagrada pela Polícia Federal em 25 de março, investigou supostas irregularidades praticadas pela construtora Camargo Corrêa. Em um dos relatórios da PF, surgiram os nomes dos senadores Agripino Maia (DEM-RN) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sobre possíveis irregularidades em financiamentos de campanha.

Sentado logo na primeira fila, Agripino não aceitou a resposta de Tarso e disse que a operação teve cunho político. “No primeiro dia da operação, as notícias não citavam nomes de partidos e no dia seguinte aparece o nome de Agripino Maia e o do DEM. Tenho direito de achar que houve viés político”, disse Agripino Maia. O senador perguntou ainda quem vazou as informações à imprensa. “Eu vou querer uma reparação e eu preciso de uma reparação. Quem é que vazou é a minha preocupação.”

A partir daí, a sessão da Comissão de Constituição e Justiça do Senado se tornou um ato de crítica ao juiz federal Fausto De Sanctis, da 6ª Vara Federal de São Paulo. Tarso Genro, Luiz Fernando Corrêa e senadores alfinetaram o juiz. “As investigações duraram um ano e três meses e não vazou nenhuma linha. Os fatos se tornaram públicos quando saíram da PF”, afirmou o ministro da Justiça. O senador Demóstenes Torres (DEM-GO), presidente da CCJ, não vacilou em criticar De Sanctis. “O juiz se recusou a prestar a esta comissão as informações que ele mesmo vazou”, acusou. No mesmo sentido, o diretor-geral da PF negou que a Polícia tenha vazado qualquer informação da Castelo de Areia. “A Polícia Federal não é dona das provas. O relatório se destina ao juiz”, afirmou Luiz Fernando Corrêa.

Depois de diversas reclamações da oposição, Tarso Genro negou, pela enésima vez, que exista o tal ‘Estado polialesco’. “Se a gente estivesse num Estado polialesco, a PF não estaria aqui prestando esclarecimentos no Senado”, disse Tarso Genro. Apesar da negativa, o ministro da Justiça disse ser ‘justificada’ a ‘síndrome’ de que todo o político pode estar sendo grampeado. “Mas não pela PF, e sim por agentes provados criminosos que podem ter comprado equipamentos de escuta.”

Date Created

28/04/2009